



RELAÇÕES “RACIAIS” E SUAS PERCEPÇÕES DENTRE OS/AS DISCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Dayane Souza Nogueira da Silva Pimentel¹

<https://orcid.org/0000-0002-0913-1301>

Christian Muleka Mwewa²

<https://orcid.org/0000-0002-7079-5836>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicitar e analisar as percepções raciais no contexto formativo do(a)s discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Buscou-se compreender se as disciplinas específicas que tratam a temática racial são fundamentais e podem fazer a diferença na formação do futuro profissional na educação infantil. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho etnográfico. Foram ainda utilizados formulários aplicados presencialmente aos(as) aluno(a)s do primeiro ao último ano do curso de pedagogia em 2019. Para fundamentar a análise, foram utilizados autores dos estudos culturais e da sociologia da infância. Os resultados evidenciam que o(a)s discentes estão familiarizados com as discussões acadêmicas sobre questões étnicas, “raciais” e culturais com potência para dirimir as discriminações estruturais, em especial, em contexto formativo.

Palavras-chave: Relações “raciais”; Práticas Pedagógicas; Formação.

"RACIAL" RELATIONS AND THEIR PERCEPTIONS AMONG THE STUDENTS OF THE PEDAGOGY COURSE

ABSTRACT

This article aims to explain and analyze racial perceptions in the formative context of students of the pedagogy course at the Federal University of Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. The objective is to understand whether the specific subjects that deal with racial issues are fundamental and can make a difference in the formation of the future professional in early childhood education. The methodology used was qualitative and quantitative ethnographic research. Forms applied in person to students from the first to the last year of the pedagogy course in 2019 were also used. To support the analysis, authors from cultural studies and childhood sociology were studied. The results show that students are familiar with academic discussions on ethnic, “racial” and cultural issues with the potential to resolve structural discrimination, especially in a training context.

Keywords: “Race” relations; Pedagogical practices; Formation.

RELACIONES “RACIALES” Y SUS PERCEPCIONES ENTRE LOS ESTUDIANTES DEL CURSO DE PEDAGOGÍA

¹ Pedagoga, mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade, UFMS. E-mail: <dayanne_006@hotmail.com>.

² Coordenador e professor no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado (PPGEdu/CPTL) e Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado (PPGEdu/CG), ambos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (UFMS/CPTL). Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), com estágio doutoral na Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne (2008). C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9098713298204255>. E-mail: <christian.mwewa@ufms.br>

RESUMEN

El artículo pretende explicitar y analizar las percepciones raciales en el contexto formativo de estudiantes del curso de pedagogía de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. El objetivo es comprender si las materias específicas que tratan la cuestión racial son fundamentales y pueden marcar la diferencia en la formación del futuro profesional de la educación infantil. La metodología utilizada fue la investigación cualitativa y cuantitativa con las técnicas etnográficas. También se utilizaron formularios aplicados de manera presencial a estudiantes del primero al último año de la carrera de pedagogía en 2019. Para apoyar el análisis se utilizaron autores de estudios culturales y sociología infantil. Los resultados muestran que los estudiantes están familiarizados con las discusiones académicas sobre cuestiones étnicas, “raciales” y culturales con potencial para resolver la discriminación estructural, especialmente en un contexto de formación.

Palabras clave: Relaciones “raciales”; Prácticas pedagógicas; Formación.

INTRODUÇÃO

A profissão de docente constitui-se como uma chave fundamental para questionar os paradigmas sociais e é uma agente transformadora na luta contra as desigualdades, sobretudo as relacionadas com a discriminação e o preconceito racial. Neste estudo considerou-se um grupo específico de sujeitos (graduandos de pedagogia) e um contexto localizado (curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul [UFMS], Campus de Três Lagoas). A pesquisa foi motivada pela realidade encontrada nas salas de educação infantil do mesmo município³. Com este trabalho pretendemos evidenciar aspectos específicos da formação dos futuros professores de educação infantil.

Tratou-se de uma atividade que pretendeu analisar as particularidades de um grupo específico, a fim de compreender o caminho formativo do professor de educação infantil no que respeita às percepções étnicas e raciais, através de uma interpretação e descrição densa dos dados coletados. Neste caso, utilizámos questionários para cobrir todas as turmas ativas do curso de pedagogia referido.

Na problematização deste artigo iremos discorrer sobre os profissionais que lidam diretamente com a formação de crianças: *a professora*. Uma vez que a análise dos dados coletados nos mostra a supremacia do gênero feminino no curso de pedagogia (81%), o que reforça a condição há muito tempo existente de predominância das mulheres na educação de

³ Entrevistas realizadas, em 2016, com professoras atuantes na educação infantil no município de Três Lagoas. As perguntas elaboradas abordavam a temática étnica e racial. Uma das conclusões principais desta pesquisa evidencia que grande parte das professoras carece de formação sobre esta temática.

crianças, decidimos nos referirmos aos(às) futuro(a)s pedagogo(a)s sempre no gênero feminino, utilizando a expressão professora(s).

Com o questionário pretendeu-se averiguar o grau de conhecimento a respeito do tema entre as alunas da graduação de pedagogia, sobretudo as que já tiveram a oportunidade de cursar alguma disciplina em torno da temática da diversidade étnica e racial.

No processo de elaboração do questionário, visto o carácter delicado dos temas em discussão (racismo/preconceito) priorizou-se aplicar questões com respostas abertas. Outro fator levado em consideração foi o anonimato, pois apesar de a grande maioria das pessoas não se autoconsiderarem racistas ou preconceituosas, abordar tais assuntos gera desconforto e isso pode influenciar as respostas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pode-se dizer que “o racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens mítica e histórica conhecidas”, conforme nos alerta o antropólogo e professor Kabengele Munanga (2006), da República Democrática do Congo, radicado no Brasil desde os anos de 1970. A escravidão já era praticada pelos povos europeus há alguns séculos, principalmente com os africanos e as populações no Novo Mundo. Ainda de acordo com o referido autor:

A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro. A Segunda origem do racismo tem uma história conhecida e inventariada, ligada ao modernismo ocidental. Ela se origina na classificação dita científica derivada da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos). Os caracteres físicos foram considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos

povos. Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante na construção da ideologia racista, pois passou-se de um tipo de explicação na qual o Deus e o livre arbítrio constituí o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no qual a Biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana (MUNANGA, 2006, s/p).

O preconceito possibilita a percepção das diferenças e isso, de certa forma, colabora com a discriminação, muitas vezes de maneira violenta. A discriminação não se refere apenas ao cerceamento do direito à humanidade do outro; é uma manifestação deletéria à equidade formativa, cultural, econômica e política. Em função de manter a hegemonia dominante, o sujeito considerado superior impõe de forma ditatorial características alheias à vontade do sujeito subalterno, que devido à vontade de permanecer e/ou pertencer ao meio social ao qual está inserido acata involuntariamente esses modelos.

A formação e o desenvolvimento humano se dão através da ação das relações sociais. Tão logo as identidades se constroem por meio do convívio social. Segundo Hall (2006, p.13), a identidade do sujeito, de uma forma geral, torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Por isso, estar seguro de quem você é e conhecer a sua história cultural é fundamental para construir sua personalidade, se identificar e se afirmar como tal.

Cada ser humano é o resultado de suas relações sociais e a escola enquanto instituição social torna-se palco do encontro de diversas culturas e etnias. Logo, valorizar as diversidades presentes na escola pode promover uma educação humanizadora, que prime pela formação e transformação digna e autêntica dos sujeitos. Reconhecer, respeitar e não discriminar as diferenças, sejam elas quais forem, é o primeiro passo a ser dado para desconstruir ideias estereotipadas, preconceituosas, racistas e desumanizadoras.

Em consequência disso, o desejo de branqueamento disseminou-se na sociedade brasileira como um vislumbre alternativo de vida. Conforme Munanga, “na sua totalidade, a elite negra alimentava um sonho: assemelhar-se tanto quanto possível ao branco, para na sequência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito” (2020, p.19). Neste sentido, e como evidencia o poema “Gritaram-me Negra”, da compositora afro peruana Victoria Eugenia Santa Cruz, “a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na

efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo”, mostram como pode ser dolorosa a experiência de tornar-se negro(a) (GOMES, 2003, p.76).

Duas grandes conquistas na história da educação brasileira, para os negros e indígenas, na luta pelo pertencimento e pela formação humanizadora foi: a implantação oficial da Lei 10.639/03, modificada pela Lei 11.645 de 2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena na rede de educação básica; e o agendamento do Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

É notável que, a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira se tornou um instrumento importante no combate às desigualdades sociais, embora os currículos e a formação dos profissionais da educação precisem de adequação e qualificação. Como podemos ver em alguns depoimentos das alunas do curso de pedagogia:

“Cursar essa disciplina significou conhecer cientificamente os conceitos de “raça”, etnia e a relação entre ambas; enfim, cursar essa disciplina foi um divisor de águas” (Entrevista-aluna, não-branca, 2º ano).

“Nada, professora ruim que não tinha preparo e informação para ministrar a disciplina” (Entrevista-aluna, branca, 4º ano).

“Depois da disciplina me percebi em alguns momentos como racista e agora busco ter uma reflexão crítica e me policiar no dia a dia” (Entrevista-aluna, não-branca, 3º ano).

“Foi muito bom, pois tive a oportunidade de conhecer melhor a história dos negros índios” (Entrevista-aluna, não-branca, 2º ano).

“Significou muito. A maneira de como tratar as relações raciais, pois elas envolvem preconceito. E para isso serviu a disciplina, para saber trabalhar com o preconceito” (Entrevista-aluna, branca, 3º ano).

A importância da disciplina obrigatória, intitulada “Educação das relações étnicas e raciais”, foi percebida pelas discentes além do contexto escolar, pois parece ter significado também no âmbito pessoal, ou seja, nas relações sociais empreendidas em diferentes âmbitos para além dos espaços formativos. A reafirmação das raízes culturais e a percepção de como o racismo e a discriminação caminham juntos na formação da sociedade brasileira, torna importante o engajamento na luta pela equidade nos âmbitos anunciados anteriormente. Em outras palavras, “tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua [negros e indígenas] participação na cultura brasileira atual, é importante e deveria fazer parte

do processo de busca da identidade” (MUNANGA, 1990, p. 114). A afirmação de Munanga pode até não acrescentar algo novo ao já sabido (o racismo estrutural), mas reafirma a existência das inúmeras discriminações a certas camadas sociais ainda vitimadas, ou seja, enquanto as discriminações persistirem, este tipo de afirmação ainda busca ações contundentes para torná-las desnecessárias.

Portanto, o contexto social no qual o sujeito está inserido, e tudo que o norteia, é fundamental para o seu desenvolvimento e formação enquanto ser humano. Assim, o fato de pertencer a um grupo étnico, por exemplo, influencia o seu desenvolvimento cultural, o que pode permitir construir diferentes conceitos e concepções de vida. Essa é uma das razões para trabalhar sobre a história e a culturas afro-brasileira e africana na sala de aula.

Assim, vejamos como algumas das pessoas envolvidas nesta pesquisa responderam acerca de como trabalhariam as temáticas das raças nas suas atividades docentes:

“Trabalharia de uma forma a mostrar que somos todos iguais, que nenhum coleguinha é pior ou melhor, e que trabalhando juntos são melhores” (Entrevista-aluna, branca, 1ºano).

“Através de livros, orientando, trabalhando a identidade de cada um” (Entrevista-aluna, não-branca, 4ºano).

“Trabalharia o conceito de ‘raça’, a ideia de identidade, etnia, ‘raça’ construída historicamente e o conceito de racismo. Portanto, trabalharia os conceitos” (Entrevista-aluna, não-branca, 2ºano).

“Por meio de sequências didáticas que se baseiam na transdisciplinaridade” (Entrevista-aluna, branca, 4ºano).

“Trabalharia a diversidade presente no meio a partir da subjetividade das crianças” (Entrevista-aluna, não-branca, 3ºano).

Estes depoimentos são de alunas a frequentar distintos anos; porém, podemos diferenciar as falas das que estão no final da graduação, que se apoiam em procedimentos didáticos do ensino, e as falas das que estão no início da formação, onde a justificativa se encontra mais conceituada no âmbito pessoal. Mas, percebemos em ambos os momentos da sua formação o cuidado em serem politicamente corretas e notamos alguma dificuldade em problematizar a questão “racial” e pensar na ação crítica e reflexiva.

AS RELAÇÕES ÉTNICAS E “RACIAIS” NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Os temas da história e cultura afro-brasileira passaram a ser garantidos por lei. E isto leva a considerar que, através da educação, a universidade e outras unidades de formação poderiam contribuir para combater a discriminação e o racismo e assim promover uma transformação social. No entanto, apesar da legislação criada, os efeitos positivos ainda não se fazem sentir. Além da aplicação da legislação, torna-se fundamental investigar se as questões pertinentes às relações étnicas e raciais estão sendo abordadas na formação do(a) professor(a) de educação infantil (CAVALLEIRO, 2001, p.157). A importância dessa averiguação advém também do fato de ser na infância que se constrói a personalidade do sujeito, sendo por isso a formação da professora um aspecto primordial.

No entanto, consideramos que o comprometimento e interesse pela formação das crianças tem que partir de toda comunidade escolar.

Como refere Cavalleiro:

Uma educação anti-racista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais [...]. Toda e qualquer reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar deve servir de pretexto pra reflexão e ação. As vítimas e protagonistas dessas situações não são culpados por tais acontecimentos, visto que são resultantes das relações em nossa sociedade (2001, p.157).

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação passou a fazer parte dos direitos e deveres dos brasileiros. É dever do Estado, da família e da sociedade, em geral, garantir que todos tenham direito ao acesso e permanência na educação e, com isso, garantir o desenvolvimento e a qualificação dos cidadãos (BRASIL, 1988). Embora a Constituição procure assegurar um acesso generalizado à educação pública, nem sempre tal aconteceu. O processo histórico da educação brasileira revela que nos séculos anteriores a educação foi, e por muito tempo, um privilégio de poucos. O ensino não era universalizado e não havia investimentos significativos na área educacional, o que a tornou também precarizada em alguns sectores.

A educação está para além de teorias e da formação institucionalizada, pois é um dos meios importantes, se não o mais importante, para o processo de humanização do ser humano; é ainda um viés pelo qual podemos compreender a evolução da humanidade. Logo,

a educação possibilita que o indivíduo faça parte da sociedade na qual está inserido e se relacione com os seus semelhantes para adquirir conhecimento.

Assim, concordamos com Munanga (1996) quando refere que:

A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular, dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos (MUNANGA, 1996, p.17-24).

Continuar a afirmar o mito da “democracia racial” silencia as desigualdades raciais, encobrendo as verdadeiras características que compõem a nacionalidade do país. Porque, de acordo com Munanga (2009), a diferença não é simplesmente social, a geografia do corpo também é diferente e as duas andam juntas. Logo, a democracia racial é um mito, pois não somos todos iguais. Daí que seja essencial trabalhar as questões étnicas e “raciais” no currículo escolar.

Uma das perguntas feitas às futuras pedagogas no questionário foi: “Você se considera racista?” As respostas foram sobretudo negativas, como a seguir se apresenta:

“Não. Pois tenho familiares e amigos negros, índios, sempre me relacionei muito bem. E para mim todos somos iguais” (Entrevista-aluna, não-branca, 2ºano).

“Não. Porque sinto muita raiva com esse assunto, pois gente é gente, não depende de cor, etnias...” (Entrevista-aluna, não soube se definir branca ou não branca, 1º ano).

“Não. Porque respeito todas as pessoas, sendo brancos, negros, indígenas ou não somos pessoas” (Entrevista-aluna, não-branca, 1ºano).

“Não. Por que essas distinções de raça para mim não existem, digo, na maneira como tratar as minhas relações” (Entrevista-aluna, branca, 3ºano).

“Não. Porque isso não tem diferença” (Entrevista-aluna, branca, 3ºano).

Tendo em conta estas respostas, sobretudo negativas, consideramos que tal pode derivar, em parte, do “mito da democracia racial”. Na sua maioria, as alunas se apoiaram na

ideia de que não sendo brancas não são racistas e que ao manterem relações com indivíduos pertencentes a outra “raça” afirmam a igualdade de tratamento social. Assim, parecem não perceber como a discriminação pode atingir tanto as suas relações pessoais como a sua prática docente. As suas falas são ainda pautadas pela noção de que “somos todos iguais” ou que “não há diferenças entre os seres humanos”; contudo, ao negarem a existência de racismo, acabam por poder reforçar a ideologia de uma sociedade democrática e de silenciar práticas racistas.

Como salienta Munanga, o “discriminador é sempre o outro e nunca eu – eu que tenho amigos, frequento os negros, que tenho mulher ou marido negro, que frequento o candomblé ou umbanda”, não sou racista, racista é o outro (1996c, p. 214). Para este autor:

O racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses (MUNANGA, 1996c, p. 214).

Em acordo com o referido autor, consideramos também que as respostas das futuras pedagogas foram fundamentadas na ideologia dominante que está fundada em pressupostos racistas, embora por vezes sutis, mas que consolidam e legitimam a supremacia branca. No Brasil, não há de fato leis segregacionistas; e as leis que existem consideram os indivíduos iguais. Assim, e pelo fato de pertencerem a uma mesma nação, os indivíduos são considerados membros de uma mesma cultura ou etnia ou mesmo “raça”. Contudo, e como se pode perceber pelas respostas seguintes, tais percepções são errôneas:

“Sim. Por ser branca e nascer em uma família racista, com todo policiamento e postura crítica que tento exercer, ainda me pego falando e assumindo comportamentos racistas (ainda que sutis)” (Entrevista-aluna, branca, 4ºano).

“Sim. Em determinado momento me vejo julgando a partir de estereótipos” (Entrevista-aluna, não-branca, 3ºano).

“Sim. Acho que todos nós somos um pouco, não só em relação ao negro, ao branco, estrangeiros, apenas nos policiarmos para não cometer esse tipo de atitudes” (Entrevista-aluna, não-branca, 4ºano).

“Sim. Pois indiretamente classificamos, julgamos as pessoas pela cor da pele. Vale ressaltar que me policio muito após a disciplina de relações étnicas e ‘raciais’. Mas é algo construído historicamente e enraizado na cultura” (Entrevista-aluna, não-branca, 2ºano).

No Brasil, os primeiros indícios de educação se deram por volta de 1549, com a expedição dos jesuítas, que através da evangelização e da catequização tinham a missão de transformar os povos originários indígenas em cristãos. Os povos originários, além de explorados e escravizados, tiveram então que aprender a língua portuguesa.

A organização educacional da época do Brasil enquanto colônia foi usada como instrumento de domínio, tanto para expandir o catolicismo, como para disseminar a cultura europeia. A população indígena foi quase dizimada; os que restaram continuam sem proteção⁴ e hoje, segundo os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os indígenas representam apenas 0,4% da população brasileira e totalizam, segundo o censo demográfico brasileiro (2010) 817.963 mil indígenas (Funai, 2020).

Algumas escolas indígenas contam com um currículo diferenciado, onde assegura-se o ensino da língua materna junto com a língua portuguesa, mas ainda são muito poucas.

A trajetória educacional do(a)s negro(a)s no Brasil não foi muito diferente. Tratou-se de uma caminhada marcada por desigualdades e que, em parte devido à herança escravocrata, perdura até hoje. Somente na época do Brasil Império (século XIX) se tem registro de escolas informais para negros; tratava-se de um grupo seleto de negros livres e libertos que, apesar das mais diversas adversidades, conseguiu integrar algumas escolas.

⁴ É importante lembrar que isso aconteceu durante o período colonial, mas continuou depois, chegando até aos dias de hoje, embora de outras formas, com as políticas do atual governo, por exemplo, que não têm protegido os indígenas, muito pelo contrário. O mesmo acontece com os grandes proprietários e/ou fazendeiros, sobretudo aqueles que estão apenas interessados na expropriação de recursos naturais e em lucro econômico e são responsáveis pela mobilização forçada e constante de vários povos indígenas. A própria FUNAI nem sempre tem protegido os indígenas, mas isso é outra discussão. Em todo o caso, o retrato deste Brasil contemporâneo devia ser levado, sim, para a sala de aula. Agradecemos à Professora Patrícia Ferraz de Matos por esta observação.

Apesar de ser descrito várias vezes como um país formado por três raças, o branco foi e ainda é o colonizador hegemônico do Brasil. Além disso, a figura masculina foi a central da sociedade, principalmente na esfera privada e política, e tal padrão se manteve sólido por muito tempo. Essa história de que a identidade nacional foi construída por três raças encobriu, e tem encoberto, uma sociedade hierarquizada, onde ainda predominam desigualdades raciais, com múltiplas possibilidades de classificação de cor (GONÇALVES, 1999, p. 23). Contudo, não podemos deixar de levar em consideração que, além dos diversos grupos étnicos que ajudaram a formar esta sociedade, o longo período de escravidão teve sua grande parcela de contribuição para a concepção do caráter identitário do país.

Foram séculos de lutas e de sofrimento até se chegar às bases legais que modificaram a participação da população negra dentro da sociedade. Hoje, o negro pode usufruir de espaços que antes não podia, como a escola, por exemplo. Todavia o avanço duramente conquistado ainda é pouco diante dos fatores históricos de exclusão. Justo seria se todos os negros, brancos e indígenas fossem vistos da mesma forma, como cidadãos participantes de uma sociedade igualitária. Segundo Cury (2002), a desigualdade, hoje medida por vários instrumentos de análise do tipo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), faz com que haja problemas na escola, que não são da escola.

Conforme Munanga (2006):

Como a identidade cultural se construiu com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc. se delineiam assim no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais. “identidade étnico-racial negra”. A questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas. Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo. (s/p).

O problema da formação do sujeito perpassa a conjuntura educacional, pois é um problema de contexto social. No campo da educação é importante conhecer e analisar as

políticas públicas e os projetos de Estado que envolvem essa área e é nítida a sua necessidade, principalmente em relação à formação para as diversidades. Assim, ressaltamos ser importante analisar e discutir quais são as prioridades diante a atual política que estamos vivenciando, pois a educação perdeu seu valor humanístico e passou a ser vista como mercadológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de criança e de infância estão interligados e foram (re)construídos culturalmente ao longo da história. Os espaços sociais nos quais estes sujeitos (crianças) se situam e a cultura em que estão imersos têm uma grande influência na formação da sua personalidade, pois as estruturas sociais são (re)construídas socialmente e determinam os indivíduos.

A nova Constituição (de 1988) e as demais políticas públicas, em parte, por mais que não estejam sendo desempenhadas como deveriam, foram fruto de imensas lutas e trouxeram a esperança de um dia se alcançar um modelo de sociedade mais humanizada.

Dessa maneira, acreditamos que seja na infância que se constrói a personalidade do sujeito e que o contexto formativo no qual a criança está inserida é fundamental para o seu desenvolvimento e formação antirracista. Contudo, verifica-se que, além da falta de formação sobre diversidades, muitas vezes o(a)s professore(a)s podem reproduzir estereótipos e revelar preconceitos, alguns deles provenientes da sua própria formação acadêmica.

Nota-se, por isso, a dificuldade que as professoras, tanto da educação infantil quanto das demais fases, enfrentam para atender a algumas necessidades específicas dos seus alunos, como ações de enfrentamento ao *bully*, ao preconceito e ao racismo na sala de aula. As leis e as políticas públicas existentes (dedicadas a promover e a valorizar a diversidade) englobam direitos e programas contundentes a uma boa formação e dignificação do profissional da educação: Porém, não é possível vislumbrar ainda resultados significativos no sentido de atenuar as injustiças. Assim, como alerta Christian Muleka Mwewa (2008, p.

99), “só no acompanhamento do movimento das aspirações das camadas (subalternizadas) é que uma política pode se concretizar de fato”.

Diante de tudo o que foi possível constatar, ressaltamos a importância da formação das professoras da educação infantil no campo das relações “raciais” e como uma disciplina dedicada a este tema pode fomentar mudanças significativas. Resgatar as memórias e a história do(a)s negro(a)s, sobretudo do(a)s negro(a)s brasileiro(a)s, e a sua ancestralidade, poderá constituir um passo importante para diminuir os preconceitos, não só das professoras, mas dos seus futuros formandos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. M.; ALMEIDA, S. F. Psicologia Escolar Institucional: Desenvolvendo Competências para uma atuação relacional. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). Psicologia escolar, ética e competências na formação e atuação profissional. Campinas: Alínea, p. 59-82, 2010.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11/07/2019.

_____. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (2003)**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-norma-pl.html>. Acessado em: 16/06/2019.

CAVALLEIRO, E. (org). Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (Org). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio (2020). Quem são. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> Acessado em: 10 de maio de 2022.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação antifreyrracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, M. A. R. (Org). **Brasil, meu Brasil brasileiro**: notas sobre a construção da identidade nacional. Educação e cultura: pensando em cidadania, Rio de Janeiro: Quartet, p. 17-42, 1999.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, no. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.

_____. **A identidade em questão**. A identidade Cultural na pós-modernidade. 11º Ed, Rio de Janeiro: DP&A, p. 7-22, 2006.

MUNANGA, K. (1990). Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista De Antropologia**, 33, 109-117, 1990.

_____. Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais. In: RIBEIRO, Matilde. **O Brasil em transformação**. vol.6. coleção 2003-2010.

_____. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, L. K. M.; QUEIROZ, R. da S. (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate**: Revista de Cultura, Campinas, no. 6, p. 17-24, 1996. Disponível em: <biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_IdentidadeCidadaniaEDemocraciaAlgumaReflexoesSobreOsDiscursosAntiRacistasNoBrasil.pdf >.

MWEWA, C.M, RANDO, J. S, AMARAL, R. A, MELLO, W. de C. Implicações étnicas e práticas pedagógicas na educação infantil em Três Lagoas, MS. In: **Imagens da Educação**, v. 7, no. 3, p. 86-98, 2017.

MWEWA, C. M. Rupturas hegemônicas: aspectos sobre a forma cultural no Brasil. In: MWEWA, C. M. (Org.). **África e suas diásporas**: olhares interdisciplinares. What's the evidence? São Leopoldo: Nova Harmonia, p. 87-104, 2008.

RAMOS, C. S; FARIA, G. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, ago, 2009.

Revisão gramatical pelos próprios autores.

RECEBIDO 16 DE MAIO DE 2022.

APROVADO EM 20 DE JUNHO DE 2022.